

SUMÁRIO

► CONSTITUIÇÃO FEDERAL	19
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CRFB/1988.....	21
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	24
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	118
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	143
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	148
► CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	191
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	193
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966	195
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	223
► CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	229
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	231
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015.....	237
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	244
► LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	357
LINDB – DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 04 DE SETEMBRO DE 1942.....	359
► CÓDIGO CIVIL	363
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL.....	365
CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	374
► ESTATUTOS.....	521
ESTATUTO DA TERRA – LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.....	523
ESTATUTO DA CIDADE – LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001	544
ESTATUTO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE – LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006	553
ESTATUTO NACIONAL DE SIMPLIFICAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS – LEI COMPLEMENTAR Nº 199, DE 1º DE AGOSTO DE 2023	587
► LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	589
▷ LEIS COMPLEMENTARES	
LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7 DE SETEMBRO DE 1970	591
Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 24, DE 7 DE JANEIRO DE 1975	592
Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.	

LEI COMPLEMENTAR Nº 61, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1989	593
Estabelece normas para a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), relativamente às exportações.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989	594
Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 63, DE 11 DE JANEIRO DE 1990	596
Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 70, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991	598
Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras, e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996	599
Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1997	608
Dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998	610
Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	613
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	629
Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 29 DE MAIO DE 2001	631
Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 29 DE JUNHO DE 2001	634
Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 31 DE JULHO DE 2003	636
Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 118, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005	644
Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, e dispõe sobre a interpretação do inciso I do art. 168 da mesma Lei.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014.	644
Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015	646
Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 151, DE 5 DE AGOSTO DE 2015.	651
Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014; revoga as Leis nºs 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e 11.429, de 26 de dezembro de 2006; e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.	653
Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstauração das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.	

LEI COMPLEMENTAR Nº 162, DE 6 DE ABRIL DE 2018	655
Institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN).	
LEI COMPLEMENTAR Nº 167, DE 24 DE ABRIL DE 2019	656
Dispõe sobre a Empresa Simples de Crédito (ESC) e altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para regulamentar a ESC e instituir o Inova Simples.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 168, DE 12 DE JUNHO DE 2019	657
Autoriza, no prazo que especifica, o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em 1º de janeiro de 2018.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 174, DE 5 DE AGOSTO DE 2020	657
Autoriza a extinção de créditos tributários apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), mediante celebração de transação resolutiva de litígio; e prorroga o prazo para enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 175, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020	658
Dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003; altera dispositivos da referida Lei Complementar; prevê regra de transição para a partilha do produto da arrecadação do ISSQN entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município do domicílio do tomador relativamente aos serviços de que trata; e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 176, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020	660
Institui transferências obrigatórias da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por prazo ou fato determinado; declara atendida a regra de cessação contida no § 2º do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT); e altera a Lei nº 13.885, de 17 de outubro de 2019.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021	661
Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nºs 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 192, DE 11 DE MARÇO DE 2022	671
Define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que as operações se iniciem no exterior; e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 193, DE 17 DE MARÇO DE 2022	673
Institui o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp).	
LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 23 DE JUNHO DE 2022	676
Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs 192, de 11 de março de 2022, e 159, de 19 de maio de 2017.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 200, DE 30 DE AGOSTO DE 2023	678
Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	
LEI COMPLEMENTAR Nº 201, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023	681
Dispõe sobre a compensação devida pela União nos termos dos arts. 3º e 14 da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, a dedução das parcelas dos contratos de dívida, a transferência direta de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal, a incorporação do excesso compensado judicialmente em saldo devedor de contratos de dívida administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, o tratamento jurídico e contábil aplicável aos pagamentos, às compensações e às vinculações, as transferências de recursos aos Municípios em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), as transferências de recursos aos Estados e ao Distrito Federal em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e as regras relativas ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e revoga dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e das Leis Complementares nºs 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), e 192, de 11 de março de 2022.	
▷ LEIS ORDINÁRIAS	
LEI Nº 3.244, DE 14 DE AGOSTO DE 1957	685
Dispõe sobre a reforma da tarifa das alfândegas, e dá outras providências.	

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964	690
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.	
LEI Nº 4.506, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.	700
Dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza.	
LEI Nº 4.729, DE 14 DE JULHO DE 1965	712
Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.	
LEI Nº 5.143, DE 20 DE OUTUBRO DE 1966	713
Institui o Imposto sobre Operações Financeiras, regula a respectiva cobrança, dispõe sobre a aplicação das reservas monetárias oriundas de sua receita, e dá outras providências.	
LEI Nº 6.024, DE 13 DE MARÇO DE 1974	715
Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências.	
LEI Nº 6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974	721
Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e dá outras providências.	
LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.	723
Dispõe sobre as sociedades por ações.	
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980	775
Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.	
LEI Nº 6.899, DE 8 DE ABRIL DE 1981.	780
Determina a aplicação da correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial e dá outras providências.	
LEI Nº 7.689, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988.	780
Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, e dá outras providências.	
LEI Nº 7.711, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988.	781
Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária e dá outras providências.	
LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988.	782
Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	
LEI Nº 7.766, DE 11 DE MAIO DE 1989	790
Dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário.	
LEI Nº 7.810, DE 30 DE AGOSTO DE 1989	791
Dispõe sobre a redução de impostos na importação.	
LEI Nº 7.940, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1989.	791
Institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e dá outras providências.	
LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990	793
Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.	
LEI Nº 8.021, DE 12 DE ABRIL DE 1990.	794
Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais, e dá outras providências.	
LEI Nº 8.022, DE 12 DE ABRIL DE 1990.	795
Altera o sistema de administração das receitas federais, e dá outras providências.	
LEI Nº 8.032, DE 12 DE ABRIL DE 1990.	796
Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação, e dá outras providências.	
LEI Nº 8.033, DE 12 DE ABRIL DE 1990.	797
Altera, mediante conversão em lei das Medidas Provisórias nºs 160, de 15 de março de 1990, e 171, de 17 de março de 1990, a legislação do Imposto sobre Operações Financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona, e dá outras providências.	
LEI Nº 8.085, DE 23 DE OUTUBRO DE 1990	799
Dispõe sobre o Imposto de Importação.	
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990.	800
Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.	

LEI Nº 8.166, DE 11 DE JANEIRO DE 1991	802
Dispõe sobre a não incidência do Imposto de Renda sobre lucros ou dividendos distribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, doados a instituições sem fins lucrativos.	
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991	803
Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.	
LEI Nº 8.383, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991	824
Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	
LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992	838
Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.	
LEI Nº 8.402, DE 8 DE JANEIRO DE 1992	840
Restabelece os incentivos fiscais que menciona e dá outras providências.	
LEI Nº 8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992	841
Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.	
LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993	841
Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	
LEI Nº 8.748, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	849
Altera a legislação reguladora do processo administrativo de determinação e exigência de créditos tributários da união, e dá outras providências.	
LEI Nº 8.846, DE 21 DE JANEIRO DE 1994	849
Dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e o arbitramento da receita mínima para efeitos tributários, e dá outras providências.	
LEI Nº 8.894, DE 21 DE JUNHO DE 1994	850
Dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários, e dá outras providências.	
LEI Nº 8.981, DE 20 DE JANEIRO DE 1995	852
Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências.	
LEI Nº 9.065, DE 20 DE JUNHO DE 1995	866
Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, que altera a legislação tributária federal, e dá outras providências.	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995	868
Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.	
LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995	876
Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.	
LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995	881
Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.	
LEI Nº 9.316, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996	888
Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.	
LEI Nº 9.363, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1996	889
Dispõe sobre a instituição de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, para ressarcimento do valor do PIS/PASEP e COFINS nos casos que especifica, e dá outras providências.	
LEI Nº 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996	890
Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.	
LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996	894
Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	
LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996	895
Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.	

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997	912
Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	
LEI Nº 9.539, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1997	921
Dispõe sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF.	
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998	922
Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.	
LEI Nº 9.703, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998	927
Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais.	
LEI Nº 9.718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998	928
Altera a Legislação Tributária Federal.	
LEI Nº 9.766, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1998	934
Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.	
LEI Nº 9.779, DE 19 DE JANEIRO DE 1999	934
Altera a legislação do Imposto sobre a Renda, relativamente à tributação dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos rendimentos auferidos em aplicação ou operação financeira de renda fixa ou variável, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, à incidência sobre rendimentos de beneficiários no exterior, bem assim a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, relativamente ao aproveitamento de créditos e à equiparação de atacadista a estabelecimento industrial, do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF, relativamente às operações de mútuo, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, relativamente às despesas financeiras, e dá outras providências.	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 (EXCERTOS)	937
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	938
Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999	942
Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.	
LEI Nº 9.959, DE 27 DE JANEIRO DE 2000	943
Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	
LEI Nº 10.168, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000	944
Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências.	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001	945
Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.	
LEI Nº 10.336, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001	948
Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências.	
LEI Nº 10.426, DE 24 DE ABRIL DE 2002	952
Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	
LEI Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002	954
Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.	
LEI Nº 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003	965
Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.	
LEI Nº 10.755, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2003	968
Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências.	
LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003	969
Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.	

LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004.	989
Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.	
LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004.	1002
Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.	
LEI Nº 10.893, DE 13 DE JULHO DE 2004	1005
Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	
LEI Nº 10.925, DE 23 DE JULHO DE 2004	1013
Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências.	
LEI Nº 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004 (EXCERTOS)	1018
Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 4.728, de 14 de julho de 1965, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.	
LEI Nº 10.996, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2004	1025
Altera a legislação tributária federal e as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.	
LEI Nº 11.033, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004	1026
Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais; institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências.	
LEI Nº 11.051, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004	1030
Dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins não cumulativas e dá outras providências.	
LEI Nº 11.053, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004	1034
Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005	1036
Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.	
LEI Nº 11.196, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005	1073
Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPEs, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
LEI Nº 11.250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005	1093
Regulamenta o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal.	
LEI Nº 11.311, DE 13 DE JUNHO DE 2006	1094
Altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.964, de 10 de abril de 2000, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004.	
LEI Nº 11.371, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006	1094
Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.	

LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.	1096
Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	
LEI Nº 11.457, DE 16 DE MARÇO DE 2007.	1097
Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências.	
LEI Nº 11.508, DE 20 DE JULHO DE 2007.	1104
Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.	
LEI Nº 11.727, DE 23 DE JUNHO DE 2008.	1110
Dispõe sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo, a reforçar o sistema de proteção tarifária brasileiro, a estabelecer a incidência de forma concentrada da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS na produção e comercialização de álcool; altera as nº 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 7.070, de 20 de dezembro de 1982, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 8.213, de 24 de julho de 1991, 7.856, de 24 de outubro de 1989, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
LEI Nº 11.774, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.	1114
Altera a legislação tributária federal, modificando as nº 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.493, de 10 de setembro de 1997, 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências.	
LEI Nº 11.898, DE 8 DE JANEIRO DE 2009.	1117
Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.	
LEI Nº 11.941, DE 27 DE MAIO DE 2009.	1120
Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que específica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências.	
LEI Nº 11.945, DE 4 DE JUNHO DE 2009.	1127
Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009.	1130
Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.	
LEI Nº 12.099, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.	1134
Dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal; e altera a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998.	
LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.	1134
Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.	
LEI Nº 12.402, DE 2 DE MAIO DE 2011.	1136
Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizarem contratações de pessoas jurídicas e físicas; acresce dispositivos à Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; altera as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências.	

LEI Nº 12.431, DE 24 DE JUNHO DE 2011.	1137
Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nºs 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.	
LEI Nº 12.741, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2012.	1146
Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.	
LEI Nº 12.761, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.	1147
Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.	
LEI Nº 12.865, DE 9 DE OUTUBRO DE 2013.	1148
Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); altera os prazos previstos nas Leis nºs 11.941, de 27 de maio de 2009, e 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis nºs 12.666, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 4.870, de 1º de dezembro de 1965; e dá outras providências.	
LEI Nº 13.254, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.	1157
Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.	
LEI Nº 13.259, DE 16 DE MARÇO DE 2016.	1160
Altera as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e 12.973, de 13 de maio de 2014, para possibilitar opção de tributação de empresas coligadas no exterior na forma de empresas controladas; e regulamenta o inciso XI do art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.	
LEI Nº 13.428, DE 30 DE MARÇO DE 2017.	1162
Altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que “Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País”.	
LEI Nº 13.606, DE 9 DE JANEIRO DE 2018.	1162
Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.	
LEI Nº 13.820, DE 2 DE MAIO DE 2019.	1173
Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e sobre a carteira de títulos mantida pelo Banco Central do Brasil para fins de condução da política monetária.	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019.	1174
Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	

LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019	1178
Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.	
LEI Nº 13.988, DE 14 DE ABRIL DE 2020.	1182
Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis nºs 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002.	
LEI Nº 13.999, DE 18 DE MAIO DE 2020	1187
Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nºs 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999.	
LEI Nº 14.148, DE 3 DE MAIO DE 2021	1190
Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC); e altera as Leis nos 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.212, de 24 de julho de 1991.	
LEI Nº 14.257, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021	1195
Institui o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC); dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias; e altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.161, de 2 de junho de 2021, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000.	
LEI Nº 14.334, DE 10 DE MAIO DE 2022	1198
Dispõe sobre a impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.	
LEI Nº 14.375, DE 21 DE JUNHO DE 2022.	1198
Altera as Leis nºs 10.260, de 12 de julho de 2001, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 12.087, de 11 de novembro de 2009, para estabelecer os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para estabelecer a possibilidade de avaliação <i>in loco</i> na modalidade virtual das instituições de ensino superior e de seus cursos de graduação, a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, para aperfeiçoar os mecanismos de transação de dívidas, e a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.530, de 7 de dezembro de 2017, 13.682, de 19 de junho de 2018, 13.874, de 20 de setembro de 2019, e 14.024, de 9 de julho de 2020.	
LEI Nº 14.754, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023.	1202
Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior; altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.892, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004, do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	
LEI Nº 14.801, DE 9 DE JANEIRO DE 2024	1213
Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências.	
LEI Nº 14.803, DE 10 DE JANEIRO DE 2024	1216
Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação por ocasião da obtenção do benefício ou do primeiro resgate dos valores acumulados.	

▷ DECRETOS

DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972	1217
Dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências.	
DECRETO Nº 325, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1991	1224
Disciplina a comunicação, ao Ministério Público Federal, da prática de ilícitos penais previstos na legislação tributária e de crime funcional contra a ordem tributária e dá outras providências.	

DECRETO Nº 2.138, DE 29 DE JANEIRO DE 1997	1225
Dispõe sobre a compensação de créditos tributários com créditos do sujeito passivo decorrentes de restituição ou ressarcimento de tributos ou contribuições, a ser efetuada pela Secretaria da Receita Federal.	
DECRETO Nº 2.850, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998	1226
Disciplina os procedimentos pertinentes aos depósitos judiciais e extrajudiciais, de valores de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal, de que trata a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998.	
DECRETO Nº 3.724, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	1227
Regulamenta o art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, relativamente à requisição, acesso e uso, pela Secretaria da Receita Federal, de informações referentes a operações e serviços das instituições financeiras e das entidades a elas equiparadas.	
DECRETO Nº 3.914, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001	1230
Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.	
DECRETO Nº 4.382, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002	1231
Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.	
DECRETO Nº 4.523, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002	1243
Regulamenta o arrolamento de bens para interposição de recurso voluntário no processo administrativo de determinação e exigência de créditos tributários da União.	
DECRETO Nº 5.059, DE 30 DE ABRIL DE 2004	1243
Reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP) e querosene de aviação.	
DECRETO Nº 5.062, DE 30 DE ABRIL DE 2004	1244
Fixa coeficiente para redução das alíquotas específicas do PIS/PASEP e da COFINS de que tratam os arts. 51 e 52 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.	
DECRETO Nº 5.162, DE 29 DE JULHO DE 2004	1246
Fixa coeficiente para redução das alíquotas específicas do PIS/PASEP e da COFINS de que tratam os arts. 51 e 52 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro 2003, nos casos em que especifica.	
DECRETO Nº 5.171, DE 6 DE AGOSTO DE 2004	1246
Regulamenta os §§ 10 e 12 do art. 8º e o inciso IV do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e a COFINS-Importação e dá outras providências.	
DECRETO Nº 5.602, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2005	1248
Regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.	
DECRETO Nº 6.022, DE 22 DE JANEIRO DE 2007	1249
Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.	
DECRETO Nº 6.038, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007	1250
Institui o Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, e dá outras providências.	
DECRETO Nº 6.103, DE 30 DE ABRIL DE 2007	1251
Antecipa para 2 de maio de 2007 a aplicação do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, relativamente aos prazos processuais e à competência para julgamento em primeira instância, de processos administrativo-fiscais relativos às contribuições de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, e dá outras providências.	
DECRETO Nº 6.306, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007	1251
Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.	
DECRETO Nº 6.433, DE 15 DE ABRIL DE 2008	1268
Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – CGITR e dispõe sobre a forma de opção de que trata o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição, pelos Municípios e pelo Distrito Federal, para fins de fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências.	
DECRETO Nº 6.451, DE 12 DE MAIO DE 2008	1271
Regulamenta o art. 56 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a constituição do Consórcio Simples por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.	
DECRETO Nº 6.759, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2009	1272
Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.	
DECRETO Nº 6.761, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2009	1382
Dispõe sobre a aplicação da redução a zero da alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências.	

DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009	1384
Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	
DECRETO Nº 7.212, DE 15 DE JUNHO DE 2010	1397
Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.	
DECRETO Nº 7.574, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011	1499
Regulamenta o processo de determinação e de exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira, à classificação fiscal de mercadorias, à classificação de serviços, intangíveis e de outras operações que produzam variações no patrimônio e de outros processos que especifica, sobre matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.	
DECRETO Nº 7.578, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011	1521
Regulamenta as medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 de que trata a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.	
DECRETO Nº 8.264, DE 5 DE JUNHO DE 2014	1531
Regulamenta a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços.	
DECRETO Nº 8.415, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015	1532
Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – Reintegra.	
DECRETO Nº 8.426, DE 1º DE ABRIL DE 2015	1535
Restabelece as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa das referidas contribuições.	
DECRETO Nº 8.533, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015	1536
Regulamenta o disposto no art. 9º-A da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, que dispõe sobre o crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins relativo à aquisição de leite in natura, e institui o Programa Mais Leite Saudável.	
DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015	1539
Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.	
DECRETO Nº 8.870, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016	1543
Dispõe sobre a aplicação de procedimentos simplificados nas operações de exportação realizadas por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.	
DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019	1544
Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.	
DECRETO Nº 10.178, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019	1547
Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, para dispor sobre os critérios e os procedimentos para a classificação de risco de atividade econômica e para fixar o prazo para aprovação tácita e altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, para incluir elementos na Carta de Serviços ao Usuário.	
DECRETO Nº 11.428, DE 2 DE MARÇO DE 2023	1550
Dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX.	
▷ DECRETOS-LEI	
DECRETO-LEI Nº 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942	1554
Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.	
DECRETO-LEI Nº 37, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966	1554
Dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências.	
DECRETO-LEI Nº 57, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966	1573
Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências.	
DECRETO-LEI Nº 195, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1967	1574
Dispõe sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria.	

DECRETO-LEI Nº 288, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967	1575
Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.	
DECRETO-LEI Nº 406, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1968	1580
Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências.	
DECRETO-LEI Nº 1.578, DE 11 DE OUTUBRO DE 1977	1585
Dispõe sobre o imposto sobre a exportação, e dá outras providências.	
DECRETO-LEI Nº 1.715, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1979	1586
Regula a expedição de certidão de quitação de tributos federais e extingue a declaração de devedor remisso.	
DECRETO-LEI Nº 1.755, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1979	1587
Dispõe sobre a arrecadação e restituição das receitas federais, e dá outras providências.	
DECRETO-LEI Nº 1.783, DE 18 DE ABRIL DE 1980	1587
Dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários.	
DECRETO-LEI Nº 1.881, DE 27 DE AGOSTO DE 1981	1588
Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, cria a Reserva do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e dá outras providências.	
DECRETO-LEI Nº 1.940, DE 25 DE MAIO DE 1982	1589
Institui contribuição social, cria o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) e dá outras providências.	
DECRETO-LEI Nº 2.162, DE 19 DE SETEMBRO DE 1984	1590
Altera o limite máximo para elevação das alíquotas da Tarifa Aduaneira no Brasil.	
DECRETO-LEI Nº 2.434, DE 19 DE MAIO DE 1988	1590
Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos na importação de bens e dá outras providências.	
DECRETO-LEI Nº 2.472, DE 1º DE SETEMBRO DE 1988	1591
Altera disposições da legislação aduaneira, consubstanciada no Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.	
▷ RESOLUÇÕES	
RESOLUÇÃO Nº 22, DE 19 DE MAIO DE 1989 – DO SENADO FEDERAL	1593
Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais.	
RESOLUÇÃO Nº 9, DE 1992 – DO SENADO FEDERAL	1593
Estabelece alíquota máxima para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de que trata a alínea a, inciso I, e § 1º, inciso IV do art. 155 da Constituição Federal.	
RESOLUÇÃO Nº 13, DE 2012 – DO SENADO FEDERAL	1593
Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.	
RESOLUÇÃO STF Nº 661, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2020	1594
Dispõe sobre o envio de comunicações processuais e autos de processos eletrônicos por mensagem eletrônica registrada.	
RESOLUÇÃO STF Nº 693, DE 17 DE JULHO DE 2020	1595
Regulamenta o processo judicial eletrônico no âmbito do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.	
▷ PORTARIA	
PORTARIA RFB Nº 48, DE 24 DE JUNHO DE 2021	1599
Dispõe sobre a formalização de processos relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.	
► SÚMULAS 1601	
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1603
SÚMULAS VINCULANTES	1617
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1620

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1642
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS – CARF 1666
TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS – TFR (EXTINTO) 1677

► **ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO..... 1685**